

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10640/000.350/91-78

Sessão de 08 de junho de 1994

ACORDÃO No. 104-11.500

RECURSO No: 83.729 - PIS/FATURAMENTO - EXS.: DE 1986 A 1988

RECORRENTE: FAMA FABRICA DE MALHAS LTDA.

RECORRIDA: DRF EM JUIZ DE FORA - MG

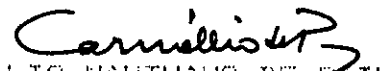
CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
PIS/FATURAMENTO - Decorrência - Pelo
princípio da decorrência, o resultado do jul-
gamento do processo matriz reflete no do pro-
cesso decorrente, em face da inquestionável
relação de causa e efeito existente entre as
matérias de fato e de direito que informam os
dois procedimentos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso
interposto por FAMA FABRICA DE MALHAS LTDA.

ACORDAM os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao re-
curso, para ajustar a exigência ao decidido no processo principal, nos
termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões em 08 de junho de 1994.


LEILA MARIA SCHERRER LEÃO - PRESIDENTE E RELATORA


VISTO EM CARMELLIO NANTUANO DE FARIA - PROCURADOR DA FAZENDA
SESSÃO DE: 09 JUN 1994 NACIONAL

RECURSO DA FAZENDA NACIONAL: NÃO HOUE

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes
Conselheiros: Nelson Mallmann (Suplente Convocado), Evandro Pedro Pin-
to, Miguel Bandy, Sérgio Murilo Marellio (Suplente Convocado) e Rosal-
Almeida Estol. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Carlos Walber-
to Chaves Rostas.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROCESSO NO. 10640/000.350/91-78

RECURSO No: 83.729
ACORDAO No: 104-11.500
RECORRENTE: FAMA FABRICA DE MALHAS LTDA.

R E L A T O R I O

A contribuinte supra-identificada recorre, a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 3.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte, na área do imposto de renda/ pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o no. 10640.000.348/91-26.

Nestes autos, cogita-se da cobrança da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/FATURAMENTO, em face de omissão de receitas, exigindo-se a contribuição nos exercícios de 1986 a 1988, consoante estabelecido no artigo 3, alínea "b" da Lei Complementar no. 07, de 1970, c/c art. 1, parágrafo único da Lei Complementar no. 17, de 1973.

Mantida parcialmente a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 37/38.

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 24.02.92 e, inconformada, ingressou em 10.03.92 com o recurso voluntário de fls. 41/42.

Como razões de recurso, a contribuinte se reporta aos mesmos fundamentos apresentados no processo principal.

E o relatório.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10640/000.350/91-78

ACORDAO No: 104-11.500

V O I O

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITAO - Relatora

O recurso é tempestivo. Dele conheço.

Conforme relatado, a tributação objeto deste processo é decorrente da exigência fiscal formalizada na Área do IRPJ, objeto do processo de no. 10640.000.348/91-26, cujo recurso foi protocolizado neste Conselho sob o no. 102.771.

Tratando-se de tributação reflexa, o seu suporte fático é o mesmo que embasou a exigência procedida no processo principal, não comportando, por isso mesmo, uma apreciação desvinculada levada a efeito naquele processo. Isto porque, segundo remansosa jurisprudência deste Colegiado, o decidido no processo da pessoa jurídica, quanto a matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas, na fonte ou contribuições, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que, houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos, poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal.

Como o processo principal foi objeto de deliberação deste Colegiado em sessão realizada em 15.02.93, não cabe nestes autos reabrir a discussão em torno da existência do suporte fático da exigência, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida e examinada naquela ocasião.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10640/000.350/91-78

ACORDÃO No: 104-11.500

Na oportunidade, esta Câmara, por unanimidade de votos, deu provimento parcial ao recurso, como faz certo o Acórdão de no. 104-10.190, de 15.02.93.

Assim, considerando a decisão prolatada no processo principal através do Acórdão supramencionado, observado, ainda, o princípio da decorrência, outra não poderá ser a decisão neste processo.

Nesta ordem de julgos, voto no sentido de se dar provimento parcial ao recurso, para ajustar a exigência ao decidido no processo matriz.

Brasília - DF, em 08 de junho de 1994.


LEILA MARIA SCHERNER LEITAO - RELATORA